

## Ideologia, consciência social e hegemonia na obra de Antonio Gramsci

## Ideology, social conscience and hegemony in the work of Antonio Gramsci

Adilson Aquino Silveira Júnior\*

**Resumo:** Este artigo busca apreender as determinações teórico-metodológicas contidas na obra de Antônio Gramsci para a análise das relações de hegemonia entre as classes sociais. Nessa perspectiva, realiza uma revisão bibliográfica abrangendo os *Cadernos do cárcere* (a obra mais importante do comunista italiano) e as contribuições de importantes estudiosos da tradição marxista. Identifica que Gramsci compreende as relações entre os aspectos material, político e espírito-intelectual da sociabilidade em sua totalidade, com suas interações complexas e com os processos de determinação recíproca próprios do movimento dialético. As ideologias são consideradas momentos constitutivos das disputas hegemônicas entre as classes, difundindo a consciência prática necessária aos processos reprodutivos. Através da noção de Estado integral, conectada à categoria de bloco histórico, as relações de hegemonia se evidenciam, demandando uma abordagem das vinculações orgânicas e dialéticas entre sociedade civil e sociedade política, consenso e coerção, intelectuais e partido, produção e reprodução social.

**Palavras-chave:** Ideologia. Consciência social. Hegemonia.

**Abstract:** This article aims to understand the theoretical-methodological determinations in the work of Antonio Gramsci for the analysis of hegemony relationships between social classes. To achieve this, a literature review covering the *Prison Notebooks* (the most important work of the Italian communist) and the contributions of important researchers of the Marxist tradition was conducted. It also identifies that Gramsci understands the relationships between the material, political and intellectual aspects of sociability in their totality, with its complex interactions and processes of reciprocal determination of the dialectical movement. Ideologies are considered as constitutive moments of the hegemony disputes of classes, disseminating the practical conscience necessary to the reproductive processes. Through the notion of Integral State, connected to the category of historical block, the relationships of hegemony are evidenced, demanding an approach of the organic and dialectical links between civil society and political society, consensus and coercion, intellectual and political party, social production and social reproduction.

**Keywords:** Ideology. Social conscience. Hegemony.

Recebido em: 01/03/2012. Aceito em: 08/08/2012.

---

\* Doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre em Serviço Social pela UFPE. Graduado em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Recife, Pernambuco, Brasil. E-mail: j\_r1987@hotmail.com

## Introdução

A obra de Antônio Gramsci constitui uma das mais fecundas elaborações da tradição marxista produzidas no século XX. Nos *Cadernos do cárcere* – onde estão condensadas suas reflexões mais importantes –, o comunista italiano oferece um riquíssimo aparato categorial para o tratamento dos vastos fenômenos sociopolíticos analisados, aprofundando e ampliando – nos limites postos pelas condições carcerárias – as determinações teórico-metodológicas marxianas para a compreensão das relações de hegemonia constituídas no evoluir das lutas de classes na sociedade burguesa – cuja amplitude temática abrange desde a unificação italiana e o fascismo até o americanismo e o fordismo.

Evidentemente, os esforços teóricos desse autor não estão marcados por qualquer neutralidade científico-epistemológica, mas se evidenciavam de forma organicamente orientada, por um lado, para a compreensão das formas cambiantes e renovadas da dominação burguesa, e, por outro, para o aperfeiçoamento das estratégias necessárias às lutas revolucionárias dos trabalhadores destinadas à suplantação daquela dominação e à construção de uma sociedade emancipada. Segue, assim, a lição da conhecida décima primeira tese sobre Feuerbach: “Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo” (MARX, 2007, p. 535). Mais ainda, as indicações metodológicas da “crítica da economia política” marxiana (MARX, 2011) são desenvolvidas através de um “historicismo absoluto” (Gramsci, 1989) articulado à perspectiva da totalidade.

São apresentadas nos *Cadernos* contribuições inestimáveis para uma abordagem teórico-crítica das relações de hegemonia entre as classes, tanto no que se refere ao arsenal de categorias acionado quanto no que diz respeito às determinações metodológicas evidenciadas no estudo das formas de dominação de classe do capitalismo no início do século XX. A apreensão desse legado constitui um momento ineliminável da pesquisa social orientada para a compreensão das lutas hegemônicas concretas que atravessam, na contemporaneidade, o “capitalismo tardio” em crise (MANDEL, 1985). Nessa perspectiva, visamos fornecer os prin-

cipais elementos teórico-metodológicos para a análise das relações de hegemonia entre as classes sociais encontrados na obra de Gramsci. Tal abordagem é mediada pela determinação da metodologia dialética utilizada por Marx para a compreensão da sociedade burguesa.

Para o alcance dos objetivos assumidos, realizamos uma revisão bibliográfica abrangendo os *Cadernos do cárcere*, além da incorporação das contribuições teóricas de importantes estudiosos da tradição marxista que tratam da teoria social marxiana e da obra gramsciana, dentre os quais se destacam István Mészáros, Ernest Mandel e Christine Buci-Glucksmann. Nesse percurso, *ideologia, consciência social e hegemonia* são as categorias privilegiadas, para as quais nosso esforço analítico busca lançar luzes, na tentativa de clarificar as determinações teóricas e metodológicas da obra fundamental de Gramsci<sup>1</sup> para a análise das relações de hegemonia entre as classes sociais. Evidentemente, não temos a pretensão de esgotar a discussão proposta. Pela dimensão monumental da obra em tela, um conjunto de categorias e determinações analíticas relacionadas ao nosso tema não pôde ser tratado, o que não implica um impedimento decisivo sobre o alcance do objetivo principal assumido neste trabalho – apenas indica que uma aproximação sistemática mais abrangente e aprofundada demanda uma empreitada de maior fôlego sobre a vida do autor, suas teorias, seu contexto histórico e a tradição teórica à qual se vincula.

## Determinações teórico-metodológicas para compreensão da perspectiva gramsciana

Nossa tentativa de apresentar as contribuições mais fecundas da tradição marxista para uma análise concreta das relações de hegemonia entre as classes sociais precisa considerar a complexidade da metodologia dialética que

<sup>1</sup> Gramsci teve uma vida relativamente curta (1891-1937). Porém, viveu com intensidade eventos históricos de importância significativa no período em que as transformações no mundo capitalista proporcionadas pelo advento do imperialismo obtinham contornos expressivos, dentre os quais apontamos: a Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa, os levantes operários na Europa, a formação de grandes partidos políticos, a consolidação de regimes fascistas, a crise econômica de 1929 e a afirmação dos Estados Unidos como potência hegemônica mundial (SEMERARO, 1997).

envolve a abordagem marxiana sobre a ideologia vista como forma específica de consciência social operante no “sócio-metabolismo” (MÉSZÁROS, 2009a). Mais especificamente, é necessário situar como Marx apreendeu e investigou a qualidade das interações entre os aspectos material e espírito-intelectual da reprodução social do ordenamento burguês. No conjunto de ensaios publicados no livro *Filosofia, ideologia e consciência social*, István Mészáros (2008) afirma que, embora os fundamentos econômicos da sociedade capitalista constituam em Marx os “determinantes fundamentais” do ser social das classes sociais, os mesmos são igualmente – e de forma concomitante – “determinantes determinados”. Assim, os apontamentos sobre o significado ontológico da economia apenas adquirem sentido considerando-se a capacidade de apreendermos a ideia de “interações complexas” nos mais variados campos da atividade humana.

As diversificadas manifestações institucionais e espírito-intelectuais da vida social não se revelam simplesmente “construídas sobre” uma base econômica, mas também “estruturam ativamente” essa base, por meio de seu estatuto próprio, imensamente intrincado e “relativamente autônomo”. As determinações econômicas não existem fora do complexo historicamente mutável de mediações sociais específicas. Portanto, a consciência social, nas suas mediadas formas e manifestações, possui uma estrutura própria “relativamente autônoma”, determinando, de forma recíproca, as estruturas econômicas da sociedade, ao mesmo tempo que é determinada por essas últimas. Conseqüentemente, nenhum dos aspectos econômicos faz sentido sem a categoria historicamente mutável das “necessidades humanas”, impossível de ser explicada de maneira plausível em termos de determinações econômicas unilaterais (MÉSZÁROS, 2008, p. 57).

O próprio conceito de consciência de classe presente da obra marxiana é ininteligível apartado da visão de “causalidade social” que lhe corresponde. Na abordagem de Marx, toda conquista humana introduz um elemento novo no conjunto complexo de interações que caracteriza a sociedade em qualquer tempo. Portanto, o que seria questão “no início”, possivelmente pode não se manter como questão em um estágio posterior do desenvolvimento histórico (MÉSZÁ-

ROS, 2008, p. 57). A referência às “condições materiais de vida” ocupa uma posição essencial no sistema marxiano, no sentido genético e estrutural: tanto em relação à gênese histórica das formas mais complexas de intercâmbio humano como diante do fato de que as condições materiais constituem a precondição da vida humana estruturalmente necessária em todas as formas concebíveis de sociedade. Todavia, essa determinação examinada isoladamente é incapaz de explicar as complexidades do próprio desenvolvimento social. Em verdade, com o evoluir histórico das forças produtivas humanas, o papel da consciência e das formas ideológicas se torna cada vez maior, podendo estas ser colocadas a serviço da vida alienada, da mesma forma que podem permitir visualizar a suplantação da alienação (MÉSZÁROS, 2008).

Para Mészáros (2008), a dificuldade de alcançar as implicações analíticas mais vastas desse posicionamento reside também na multidimensionalidade de seus conceitos, pois todas as categorias não são apenas estruturalmente inter-relacionadas, mas também cada uma delas é concebida como inerentemente histórica. Portanto, o desafio consiste em apreender de forma adequada o dinamismo histórico das categorias estruturalmente interligadas, que são partes constituintes de um todo complexo. Destarte, as formas ideológicas, tal como as próprias classes que as elaboram, apenas adquirem significado completo como focos de uma multiplicidade de fenômenos sociais estrutural e dialeticamente interligados em determinação recíproca (MÉSZÁROS, 2008). Essa relação de interação complexa entre as formas ideológicas e a base socioeconômica, apreendida pela perspectiva marxiana, é evidenciada no prefácio à *Contribuição à crítica da economia política*, de 1859, no qual se encontra sintetizada a posição analítica assumida pelo autor:

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção compõe a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. (MARX, 2008, p.45).

Para Mészáros (2008), a estrutura econômica da sociedade, assim analisada, não representa uma entidade material bruta, mas um conjunto de relações sociais historicamente situadas, sujeitas a mudanças – mesmo a transformação mais radical proveniente de uma deliberação humana socialmente consciente (socialista). O autor considera que os termos apresentados por Marx são incomparavelmente mais complexos do que tradicionalmente se supõe. O conjunto dos conceitos articulados não define as formas de consciência social – e muito menos as ideias dos indivíduos – em relação direta com a estrutura econômica (ou a base material), mas pela mediação (elo intermediário) da superestrutura legal e política, à qual “correspondem” no nível das ideias, mas sem manter qualquer relação de identidade com a mesma. Portanto, segundo Mészáros (2008), caracterizar uma relação de simples identidade entre a superestrutura legal e política e as formas de consciência social comprometeria toda a concepção marxiana e acarretaria a obliteração do papel ativo da superestrutura, pois a autonomia das ideias *vis-à-vis* à superestrutura legal e política é uma precondição necessária da primeira. A produção das formas ideológicas – para além das restrições institucionais imediatas da superestrutura legal e política – opera como um propulsor poderoso sobre a superestrutura, que, por sua vez, afeta dinamicamente as funções materiais da vida social. Apenas partindo de tais indicações teórico-metodológicas, podemos determinar – sem qualquer cientificismo economicista ou politicismo voluntarista – o papel específico da ideologia no processo de ajustamentos estruturais necessários às condições mutáveis de dominação, observando que a reprodução bem-sucedida dessas condições não pode ser viabilizada na falta de uma intervenção ativa de fatores ideológicos poderosos destinados à preservação da ordem vigente (MÉSZÁROS, 2008).

Em seus *Cadernos*, Gramsci (2011a) afirma que o papel da filosofia consiste na criação de uma nova cultura, ou seja, consiste em elaborar e difundir uma concepção de mundo na consciência social, transformando-a em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida

individuais e coletivas. A própria construção da consciência das individualidades pessoais de classe remete à categoria marxiana de “indivíduo social” (MARX, 2008), pois a mesma não designa nenhuma coisa individual (e muito menos individualizada), mas constitui o reflexo da fração da sociedade civil da qual o sujeito – desde sua infância – participa, das relações sociais tal como se apresentam em sua família, na vizinhança, na população etc. (GRAMSCI, 1986).

A história da elaboração e da difusão da filosofia consiste nas tentativas e iniciativas ideológicas de uma determinada classe de pessoas para mudar, corrigir e aperfeiçoar as concepções de mundo existentes em todas as épocas determinadas e para mudar as normas de conduta que lhe são relativas e adequadas, alterando a atividade prática em seu conjunto (GRAMSCI, 2011a). Assim, as ideologias não são arbitrarias, mas constituem fatos históricos reais. O valor histórico-concreto das superestruturas revela-se na assertiva marxiana, presente do prefácio de *Contribuição à crítica da economia política*, de que “os homens adquirem consciência de sua posição social e de seus objetivos através das formas ideológicas” (MARX, 2008, p. 46), evidenciando o nexos necessário e vital destas com a estrutura social e sua capacidade concreta de agir retroativamente na condição de determinantes no sociometabolismo – seja para a preservação das relações sociais estabelecidas, seja para sua eversão e superação por uma dinâmica sociometabólica alternativa.

Para Mészáros (2008), a obra marxiana mostra que a ideologia, como forma de consciência social *sui generis*, possui características trans-históricas – porquanto persistem em formações sociais que se sucedem ao longo de um largo período da trajetória das sociedades humanas – que apenas podem ser entendidas no contexto da reprodução continuada de algumas determinações estruturais vitais do tipo de sociabilidade da qual emergem. Na condição de forma específica de consciência social, a ideologia é inseparável das sociedades de classes, constituindo a “consciência prática” necessária às mesmas, vinculada à articulação dos conjuntos de valores e estratégias rivais que objetivam controlar o metabolismo social sob todos os seus principais aspectos. Com isso, os interesses sociais, que se mostram durante a história e que



se “entrelaçam de modo conflitante”, encontram manifestações no plano da consciência social na grande diversidade do discurso ideológico, relativamente autônomo (embora nunca independente), com seu impacto poderoso, mesmo sobre os processos materiais mais tangíveis do metabolismo social (MÉSZÁROS, 2008).

As ideologias em luta de qualquer período histórico constituem a consciência prática necessária, por meio da qual as mais importantes classes da sociedade se relacionam e de certa forma até mesmo se confrontam abertamente, ao articular sua visão de ordem social correta e apropriada como um todo abrangente. Destarte, a luta hegemônica mais importante em termos estruturais – cujo objetivo consiste em preservar ou, ao contrário, superar o sociometabolismo dominante – encontra suas manifestações necessárias nas “formas ideológicas” orientadas para a prática, nas quais os homens se tornam conscientes desse conflito e buscam resolvê-lo (MARX, 2008; MÉSZÁROS, 2008). O que determina a natureza da ideologia é o imperativo de se tornar “consciente em termos práticos” do conflito social fundamental – a partir dos pontos de vista mutuamente excludentes das alternativas hegemônicas que se defrontam em determinada ordem social – com o propósito de “resolvê-los através da luta” (MARX, 2008, p. 46). As próprias elaborações gramscianas indicam que as diversas formas ideológicas de consciência social acarretam, em graus variáveis, direta ou indiretamente, diversas implicações práticas na arte e na literatura, bem como na filosofia e na teoria social, não obstante a ancoragem sociopolítica das mesmas em posições progressistas ou conservadoras.

Finalmente, devemos situar algumas implicações analíticas propostas por Mézszáros (2008), a partir da obra de Marx. Inicialmente, o autor considera que as ideologias são circunscritas em sentido duplo, em termos de época: primeiro, no sentido de que, como orientação conflitante das várias formas de consciência social prática, sua característica proeminente persiste enquanto a sociedade for dividida em classes, ou seja, a consciência prática de todas essas sociedades não pode deixar de ser “ideológica” em decorrência do caráter inexoravelmente antagonico de suas estruturas sociais; segundo: o caráter específico do conflito social

fundamental, o qual deixa sua marca indelével nas ideologias em conflito, surge do caráter historicamente mutável das práticas produtivas e distributivas da sociedade e da necessidade correspondente de se questionar sua imposição continuada, à medida que as ideologias dominantes se tornam crescentemente enfraquecidas ao longo do desenvolvimento histórico.

Mészáros (2008) elenca as diferenças entre três posições ideológicas fundamentalmente distintas, que possuem consideráveis implicações para os tipos de conhecimento compatíveis com cada uma delas: 1) aquela que apoia a ordem estabelecida com uma atitude acrítica, adotando e glorificando a continuidade do sistema dominante como horizonte absoluto da própria vida social; 2) aquela que expõe as irracionalidades da forma específica da sociedade de classe, que é rejeitada a partir de uma nova posição de vantagem – mas sua crítica é viciada pelas contradições de sua própria posição social; 3) e aquela que questiona radicalmente a persistência histórica do próprio horizonte de classe, antevendo, como objetivo de sua intervenção prática consciente, a supressão de todas as formas de antagonismo de classe. Por último, como precondições teórico-metodológicas necessárias para o entendimento da natureza da ideologia, é preciso que: 1) reconheçamos sua persistência em diversas formações sociais que se sucedem e demonstremos a continuidade paradoxal da reprodução ideológica ao longo do tempo; 2) realcemos os parâmetros socioeconômicos concretos, por meio dos quais se podem conceituar a emergência histórica e o funcionamento contínuo da ideologia; 3) consideremos sempre o modo de operação do discurso ideológico e as formas institucionais/instrumentais exigidas para tornar exequível o seu impacto; 4) identifiquemos o tipo de racionalidade operante nas formas ideológicas (MÉSZÁROS, 2008). Essas indicações revelam as condições para a análise das formas de hegemonia, cujos elementos perpassam os aspectos materiais, ideológicos, políticos e institucionais, que assumem particularidade nas formações sociais através de uma diversidade de mediações elaboradas pelas classes sociais.

## Ideologia e hegemonia em Gramsci

É a partir de tais pressupostos que podemos explicitar efetivamente a importância teórico-metodológica e política da elaboração gramsciana para a compreensão da relação de hegemonia entre as classes. A perspectiva da “filosofia da práxis” (como, sugestivamente, o autor dos *Cadernos* referia-se ao marxismo), para Gramsci (2011a, p. 295), não exclui a história “ético-política”, mas, ao contrário, caracteriza-se precisamente na reivindicação do momento de hegemonia social (da direção intelectual e moral) como essencial para a articulação de sua concepção de Estado. Isso significa enfatizar a determinação ativa do “fato cultural”, da “atividade cultural” e de uma “frente cultural” como necessária – ao lado das frentes estritamente econômicas e políticas –, tanto para as formas de dominação de classe vigentes quanto para a intervenção político-organizativa das lutas revolucionárias do trabalho. Assim, a ênfase fornecida ao momento da hegemonia social assinala a preponderância que possui o “momento cultural” também na atividade prática coletiva, na medida em que todo ato histórico não pode deixar de ser realizado pelo “homem coletivo”. O ato histórico pressupõe, portanto, a conquista de uma unidade “cultural-social” pela qual a multiplicidade de vontades desagregadas dos sujeitos sociais, com fins heterogêneos, coaduna-se conjuntamente na busca de um fim único, fundamentado numa idêntica e comum concepção de mundo (GRAMSCI, 2011a, p. 399).

Antes de prosseguir, precisamos sublinhar que a obra gramsciana é configurada sob as determinações históricas de um novo estágio da acumulação capitalista. A partir dos últimos trinta anos do século XIX, começam a surgir grupos capitalistas nacionais controlando ramos industriais inteiros, empregando enorme contingente de trabalhadores, constituindo gigantescos monopólios, extravasando as fronteiras nacionais e estendendo sua dominação sobre enormes regiões do globo. O surgimento dos monopólios industriais é acompanhado pela monopolização também no âmbito do capital bancário. A fusão desses últimos constitui o capital financeiro, que possui um papel decisivo no imperialismo, esse novo estágio do modo de produção capitalista. Esse processo articula-se à conformação de um

sistema econômico mundializado, acompanhado com uma divisão internacional do trabalho que resulta numa hierarquização entre países dominantes econômica e politicamente frente aos países subordinados. Importantes desenvolvimentos estavam se realizando no domínio das tecnologias e das ciências naturais impulsionadas pelas demandas monopolistas. O próprio movimento operário obtém organização e poder político com expressividade até então não testemunhada, afetando de forma decisiva os rumos desse momento histórico – nesse contexto, não podem ser menosprezadas as consequências da Revolução Russa de 1917 e a criação da União Soviética, por um lado, e a expansão dos partidos de massa na Europa, por outro (HOBBSBAWN, 2009; NETTO e BRAZ, 2006).

Também ocorriam alterações importantes na natureza do fenômeno estatal, que assume uma escala ampliada no âmbito do capital monopolista. As situações históricas configuradas pelo regime dos monopólios apresentam a necessidade de novas modalidades de intervenção estatal – necessários à “administração das crises” – que envolvessem as condições gerais de produção e de acumulação, funcionando como esforços para assegurar uma valorização mais rápida do capital excedente (MANDEL, 1985). Dentre as características das modalidades de intervenção estatal analisadas por Mandel (1985), destacam-se a ampliação geral da legislação social, que assumiu um impulso particular no período imperialista; a tendência ao planejamento econômico do Estado; a socialização estatal dos custos (riscos) e das perdas em um número crescente de processos produtivos; e o desenvolvimento de uma vasta maquinaria de manipulação ideológica para “integrar” o trabalhador a sociedade capitalista.

Retomando nossa argumentação – e considerando as condições socioeconômicas e políticas assinaladas, a partir das quais podemos elucidar as referências históricas de Gramsci –, destacamos que, nos marcos da metodologia dialética marxiana, as “condições objetivas” de uma ruptura com a ordem social estabelecida não podem ser definidas senão em termos da determinação recíproca do ser social e da

consciência social.<sup>2</sup> O próprio Gramsci incorpora tal perspectiva à sua concepção, conformando um processo social em sua totalidade, ou seja, a reforma intelectual e moral exigida no processo de conquista da hegemonia de classe pode se constituir apenas se organicamente vinculada a um programa de reformas econômicas. Mais precisamente, o programa de reforma econômica necessário é apreendido como o modo pelo qual se apresenta qualquer reforma intelectual e moral. Mais ainda, a relação de hegemonia pressupõe indubitavelmente que a classe que a exerce considere os interesses e as tendências das classes e camadas dirigidas, formando um “equilíbrio de compromisso”, ou seja, pressupõe que o grupo dirigente realize sacrifícios de natureza econômico-corporativa (GRAMSCI, 2007, p. 48). A hegemonia ultrapassa sua própria base para estender-se a classes e camadas de classe submetidas ao bloco social dominante. Entretanto, levando em conta o nexo essencial entre estrutura e superestrutura, é igualmente indubitável que aqueles sacrifícios e o compromisso existente não podem envolver os interesses materiais essenciais da classe hegemônica, pois, “se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica” (GRAMSCI, 2007, p. 48). Com isso, as principais ideologias dominantes carregam a marca da formação social da qual pertencem e cujas práticas produtivas assumem como quadro limite de referência.

Devemos pontuar, no entanto, que na dinâmica da disputa pela hegemonia – como observa István Mészáros, em sua obra *O poder da ideologia* (2004) –, a ideologia dominante possui um poder incontestavelmente enorme, considerando dois aspectos principais: sua esmagadora capacidade material e o equivalente arsenal político-cultural à disposição das classes dominantes; e o fato de que esse poder ideológico apenas pode prevalecer devido à preponderância da mistificação, através da qual os dominados podem ser

induzidos a endossar consensualmente valores e diretrizes práticas que são, na realidade, totalmente adversos aos seus interesses vitais. Disso resulta que a posição das ideologias conflitantes é decididamente assimétrica.

Em Gramsci (2011a, p. 339), a conquista da hegemonia de classe possui uma dimensão “ético-política” constitutiva e fundamental, assumindo necessariamente a condição de “relação pedagógica”, ou seja, de uma determinada “prática educativa”, que não se limita às relações especificamente “escolares”, mas opera

[...] na sociedade em seu conjunto e em todo indivíduo com relação a outros indivíduos, entre camadas intelectuais e não intelectuais, entre governantes e governados, entre dirigentes e dirigidos, entre vanguardas e corpos do exercito (GRAMSCI, 2011a, p. 339).

Nessa abordagem, a educação existe na luta contra os instintos ligados às funções biológicas elementares, uma luta contra a natureza, para dominá-la e criar o “homem ‘atual’ de sua época” (GRAMSCI, 2011b, p. 62), bem como para conformar as subjetividades por meio de formas ideológicas, para a construção dos tipos humanos adequados à prática sócio-histórica dos processos reprodutivos exigidos. Assim, a educação visa à conformação das subjetividades segundo as exigências prático-sociais apresentadas no interior da reprodução da formação social determinada. Segundo Gramsci (2011a, p. 94), pela própria concepção de unidade, os indivíduos sociais pertencem sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que compartilham um mesmo modo de pensar e de agir – são “conformistas de algum conformismo”. E a luta pela hegemonia é a luta entre dois conformismos, originada de uma crise da sociedade civil – entre um conformismo imposto e um conformismo proposto (desde baixo) (GRAMSCI, 2011a).

Para Christine Buci-Glucksmann, em sua obra clássica *Gramsci e o Estado* (1980), o conceito de hegemonia, enquanto desencadear de mecanismos que asseguram o consenso das massas para uma política de classes – apoiando-se, por outra parte, na “força” ou “coerção” (GRAMSCI, 2011a) –, não pode ser reduzido à noção marxista vulgar de “ideologia dominante” totalizadora, ou a uma problemática

<sup>2</sup> Como nos indicam várias passagens – apenas para citar os textos mais conhecidos – da Crítica à Filosofia do direito de Hegel: introdução (2010), de 1843, do Manifesto comunista (2008b), de 1848, da Ideologia alemã (2007), de 1864 e da Contribuição à crítica da economia política (2008a) de 1859.



weberiana de “mecanismos de legitimidade” que complementam a violência para fins de integração social. Na identificação imediata da hegemonia à ideologia dominante, ou a um “mecanismo de legitimidade”, desaparece a distinção gramsciana das formas de consenso, cedendo lugar a uma identidade simples entre ideologia, cultura e linguagem. Entretanto, os efeitos da hegemonia são mais que contraditórios. Quanto mais uma classe é autenticamente hegemônica, mais deixa às classes adversárias a possibilidade de se organizarem e de se constituírem em força política autônoma. De modo que não pode existir uma teoria da hegemonia sem teoria de crise da hegemonia, chamada “crise orgânica”<sup>3</sup> (GRAMSCI, 2011a). Não pode existir análise da integração das classes subordinadas a uma classe dominante sem teoria dos modos de autonomização e de constituição das classes que permitem que uma classe antes subordinada se torne hegemônica. Não pode existir extensão de uma concepção do Estado sem redefinição de uma perspectiva estratégica nova, a chamada “guerra de posição”, a partir da qual (e em articulação com a “guerra de movimento”) a classe operária luta pela formação de um novo Estado e de uma “sociedade regulada” (GRAMSCI, 2007). A própria premissa pela recorrência à “guerra de posição” na política (relacionada ao conceito de hegemonia) apenas pode nascer depois do advento de determinadas premissas sócio-históricas (de acordo com o que havíamos assinalado) – ou seja, com a complexificação da

sociabilidade burguesa, com o desenvolvimento das mais amplas e, ao mesmo tempo, refinadas mediações (ideológicas, políticas, organizacionais, econômicas etc.) viabilizadoras da reprodução social –, como as grandes organizações populares de tipo moderno, consideradas suas “trincheiras e casamatas” permanentes (GRAMSCI, 2007, p. 262).<sup>4</sup>

Em Gramsci, a relação entre Estado e hegemonia é orgânica. Em sua concepção, a partir do momento em que as classes subalternas tornem-se realmente autônomas e hegemônicas, suscitando um novo tipo de Estado, é inaugurada concretamente a exigência de se constituir uma nova ordem intelectual e moral abrangente. A fundação de uma classe dirigente (isto é, de um Estado) equivale à criação de uma *Weltanschauungen*, uma concepção de mundo (de uma ideologia, em sentido mais amplo). O próprio princípio teórico-prático da hegemonia possui um alcance gnosiológico, pois a realização de um “aparelho” hegemônico, enquanto cria uma reforma nas consciências, modifica substancialmente os próprios métodos de conhecimento. E a exigência do desenvolvimento de uma hegemonia emancipatória das classes subalternas significa a radical modificação dos fundamentos dos modos pelos quais a produção do conhecimento se realiza, ou seja, uma nova concepção (e a sua correspondente concreção) da relação entre ontologia, processo gnosiológico e método, a efetivação da unidade entre teoria e prática (GRAMSCI, 2011a).

O compromisso com a construção de uma hegemonia emancipatória das classes subalternas demanda, portanto, a crítica radical às pretensões, convergentes com o ponto de vista do capital – como nos mostra Mézáros (2009b) –, de neutralidade científico-epistemológica, que implicam a tendência ao formalismo mistificador da conflitualidade social e da historicidade inerentes ao sócio-metabolismo do capital. A própria reorientação marxiana do método é operada através da

<sup>3</sup> Segundo Gramsci (2007), nos momento de crise orgânica chegam à maturidade contradições insanáveis na estrutura e as forças políticas que atuam positivamente para conservar e defender a própria estrutura esforçam-se para saná-las dentro de certos limites – e para superá-las. A crise orgânica ocorre no momento em que as “contradições insanáveis na estrutura”, corolário do descompasso entre o avanço revolucionário das forças produtivas e a conservação de antigas relações sociais de produção, não são mais contidas dentro dos limites impostos pela superestrutura. Os laços entre estrutura e superestrutura são rompidos, e o bloco histórico ameaça desagregar-se completamente, abrindo um período histórico de convulsões políticas, econômicas e sociais. Gramsci busca evidenciar que uma crise orgânica não direciona mecanicamente o horizonte sócio-reprodutivo para a superação das relações de dominação vigentes pela via do desenvolvimento determinístico considerado de uma hegemonia alternativa das classes subalternas: “pode-se excluir que, por si mesmas, as crises econômicas imediatas produzam eventos fundamentais; podem apenas criar um terreno mais favorável à difusão de determinados modos de pensar, de pôr e de resolver as questões que envolvem todo o curso subsequente da vida estatal” (GRAMSCI, 2007, p.44).

<sup>4</sup> Neste ponto, temos uma relação importante a ser considerada entre crise orgânica, revolução passiva e guerra de posição. A Revolução Passiva refere-se às formas de vida implícitas e suas relações que ainda podem ser desenvolvidas para a manutenção do domínio de classe burguesa no contexto de crise orgânica – aqui as classes dominantes se utilizam do sistema de fortalezas e casamatas possíveis da vida estatal (BRAGA, 1996).



inseparabilidade dos aspectos metodológicos dos problemas encontrados em sua dimensão substantiva, ou seja, com o abandono de qualquer separação especulativa e formalista do método em relação aos aspectos complexos e contradições da vida social. Na época do capital, a determinação social do método assumida pela crítica revolucionária orienta-se na direção totalmente contrária ao procedimento que consiste em eternizar as relações de troca do sócio-metabolismo imperante – historicamente estabelecidas e necessariamente transitórias em termos de época – e estabelecer o culto do indivíduo isolado em consonância com esses elementos. Observando a própria necessidade de transformação intransigente da ordem social estabelecida em sua totalidade, a definição marxiana da ciência (e a gramsciana presente nos *Cadernos*) assume uma inseparabilidade da mais radical intervenção prática no curso das mudanças qualitativas envolvidas, indicando que qualquer explicação teórica isolada não poderia oferecer as soluções requeridas nesse âmbito.

O trabalho de Gramsci (2011a) aponta para a exigência de apreensão da base histórica do Estado, que articula Estado e “bloco histórico” no contexto das “relações de forças”<sup>5</sup> presentes. Tal bloco apresenta-se organizado em torno da dominância e da primazia de uma classe, ou de uma fração de classe em equilíbrio instável, permanentemente minado por contradições potenciais. Na crítica ao cientificismo que busca a previsibilidade dos acontecimentos históricos por meio da aplicação estreita dos métodos das ciências naturais no campo das disputas sociais, nosso autor afirma que é possível prever cientificamente apenas a luta, mas não os momentos

concretos dela, resultados de forças contrastantes em contínuo movimento, sempre irreduzíveis a quantidades fixas – a própria possibilidade de previsão assumida existe apenas na medida em que os sujeitos sociais intervêm politicamente, em que aplicam um esforço voluntário e, dessa forma, contribuem concretamente para criar o resultado previsto (GRAMSCI, 2011a).

Assim, essa abordagem evita, no campo da análise histórica das lutas hegemônicas, a tendência própria da racionalidade da produção capitalista – impregnada nas mais mediadas atividades humanas, desde as econômicas e políticas até as mais refinadamente “espirituais”: a burocratização, que ocorre quando determinados procedimentos práticos são coagulados, formalizados e repetidos mecanicamente, empobrecendo a atividade humana, que é, com isso, desligada de sua relação, tanto com a realidade (transformada pela práxis burocrática em simples objeto de manipulação), quanto com suas finalidades (cuja racionalidade ou irracionalidade a práxis burocrática não questiona) (COUTINHO, 2010). É evidente, ainda, a recusa de se conceber o conflito de classes como simples conflito entre duas forças fundamentais (burguesia e proletariado), buscando ponderar sobre a intervenção das camadas, forças auxiliares e apoios, suas posições de classe em relação ao Estado e a uma conjuntura determinada.

A ação estatal possui um papel estratégico e essencial na própria formação da classe e na conquista da hegemonia. A análise gramsciana do *Risorgimento* (unificação italiana) mostra que a unificação histórica das classes dirigentes está no Estado e sua história é essencialmente a história dos Estados e dos grupos dos Estados. A unidade referida assume concretude como resultado das relações entre Estado e sociedade civil. Por outro lado, tal unificação não se produziu para as classes subalternas, que apresentam uma história entrelaçada com a história da sociedade civil, na condição de uma fração desagregada. A trajetória da unificação das classes dominantes é o próprio processo de sua conquista da hegemonia. Nas notas do cárcere, vemos que a burguesia, considerando o evoluir da unificação italiana, conquistou o poder lutando contra determinadas forças; para unificar-se em Estado, buscou eliminar umas e obter o consentimento ativo ou passivo de outras (GRAMSCI, 1984b).

<sup>5</sup> Para a análise das “relações de forças” Gramsci (2011a, p.41) afirma que precisamos distinguir três momentos ou graus das mesmas: a “relação das forças sociais” ligadas à estrutura econômica, fundadas no grau de desenvolvimento das forças materiais de produção; a “relação das forças políticas”, que se refere ao grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançados pelas classes e grupos sociais; e a “relação das forças militares”, ligadas aos aparatos técnicos e políticos coercitivos de dominação. Esses momentos condicionam-se reciprocamente para a configuração das “relações de forças” no exercício de uma dada hegemonia. O autor considera que o desenvolvimento histórico oscila continuamente entre o primeiro e o terceiro momento, com a mediação do segundo. A configuração da “consciência política” existente na dinâmica das “relações de forças políticas” possui uma posição importante na própria orientação que o desenvolvimento histórico assume.

Buci-Glucksmann (1980) identifica que o conceito de “aparelho de hegemonia” de Gramsci qualifica e precisa a hegemonia, entendida como hegemonia política e cultural das classes dominantes. Conjunto complexo de instituições, ideologias práticas e agentes (entre os quais os “intelectuais”), o “aparelho de hegemonia” apenas encontra sua unificação por meio da análise da expansão de uma classe. Uma hegemonia não se unifica como “aparelho”, a não ser por referência à classe que se constitui *em* e *através* da mediação de múltiplos “subsistemas”: aparelho escolar (da escola à universidade), aparelho cultural (dos museus e bibliotecas), organização da informação, do meio ambiente, do urbanismo e dos aparelhos eventualmente herdados de um modo de produção anterior (Igreja e seus intelectuais, por exemplo).

Nas conhecidas elaborações de Gramsci (2000) sobre o *Americanismo e fordismo*, fica evidente a perspectiva de totalidade na análise da busca pela hegemonia na experiência da indústria fordista norte-americana. Hegemonia que “nasce na fábrica”, buscando desenvolver um novo “tipo humano”, conforme o novo “tipo de trabalho e de processo produtivo” da indústria fordizada. Essa análise das mediações institucionais, organizacionais e ideológicas (tanto persuasivas quanto coercitivas) desenvolvidas por Henry Ford na busca da construção de um “nexo psicofísico” do trabalho profissional adequado às exigências produtivas, possui como pressuposto a concepção de que *“los nuevos métodos de trabajo son indisolubles de un determinado modo de vivir, de pensar y de sentir la vida: no se pueden obtener éxitos en un campo sin obtener resultados tangibles en el otro”* (GRAMSCI, 2000, p. 81).

Portanto, é preciso salientar que o exercício “normal” da hegemonia – que Gramsci (2007, p. 95) localiza no terreno “clássico” do regime parlamentar – caracteriza-se pela combinação da “força” e do “consenso”, que se equilibra de modo variado, sem que a força suplante muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria. Desse modo, o Estado busca criar um “conformismo social” útil ao desenvolvimento do grupo dirigente. Como exemplo, o autor aborda a função geral do direito – referindo-se tanto à atividade puramente estatal ou governamental quanto às áreas da moralidade e dos costumes.

Essa função serve para compreender melhor o problema ético, que busca, na prática, a correspondência “espontânea e livremente aceita” entre os atos e as omissões de cada indivíduo, entre a conduta de cada indivíduo e os fins que a sociedade se impõe como necessários. Essa correspondência é “coercitiva”, na esfera do direito positivo tecnicamente entendido, e é “espontânea e livre” (mais especificamente, “ética”) naquelas áreas em que a coação não é estatal, mas do ambiente moral. As ações de coerção e consentimento referem-se às dimensões dominante e dirigente da hegemonia de classe. Assim, para que uma classe possa tornar-se hegemônica (constituir-se em classe “dirigente”, em Estado), devem ser atendidas concomitantemente condições determinadas nos campos econômico, político e cultural (GRAMSCI, 1984a).

### **Apontamentos sobre Estado e sociedade civil**

Conforme as indicações desenvolvidas até agora, observamos que para um aprofundamento da concepção da relação de hegemonia em Gramsci é decisiva uma incursão nas suas principais elaborações sobre as relações entre Estado e sociedade civil. Nesses termos, as funções estatais, identificadas na esfera da superestrutura, operam essencialmente sobre as forças econômicas. No desenvolvimento das funções estatais “se reorganiza e se desenvolve o aparelho de produção econômica, se inova a estrutura” (GRAMSCI, 2007, p. 28). Em tal concepção, os fenômenos da superestrutura não podem ser abandonados a si mesmos, ao seu desenvolvimento espontâneo, a uma germinação causal esporádica; devem ser conectados à estrutura econômica da sociedade. O Estado é concebido como organismo de um grupo destinado a propiciar as condições econômicas, políticas e culturais favoráveis a sua expansão máxima. Tais agrupamentos sociais formam-se com base no grau de desenvolvimento das forças materiais de produção. Cada um dos quais representa uma função e ocupa uma posição determinada na própria produção (GRAMSCI, 2007).

A partir da perspectiva de Estado integral (ou orgânico), o autor dos *Cadernos* desenvolve suas considerações acerca da natureza das relações entre sociedade civil e sociedade política.

Na crítica às análises que identificam o Estado somente com a noção de “governo”, Gramsci (2007, p. 224) informa que:

[...] estamos sempre no terreno da identificação entre o Estado e Governo, identificação que é, precisamente, uma representação da forma econômico-corporativa, isto é, da confusão entre sociedade civil e sociedade política, uma vez que se deve notar que na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção).

O Estado, assim analisado, possui um sentido “orgânico e mais amplo”, que comporta a sociedade política e a sociedade civil, compreendendo, além do “aparelho de governo”, o aparelho “privado” de hegemonia, que corresponde à sociedade civil. É concebido como “[...] todo complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados” (GRAMSCI, 2007, p. 331) No significado integral do Estado, encontramos, concomitantemente, o momento da “ditadura de classe” e o da “hegemonia” (GRAMSCI, 2007).

A superestrutura é composta por sociedade civil e sociedade política, ambas incorporadas, numa vinculação orgânica e dialética, à noção de Estado integral ou orgânico. Existe em Gramsci uma equivalência entre aparelhos “privados” de hegemonia e sociedade civil. Essa, por sua vez, reveste-se de uma dupla dimensão: uma econômica e outra política. Nesse ponto, a remissão à noção de “bloco histórico” nos parece fundamental, pois evita os desvios economicistas, de um lado, e as noções que superestimam o momento ideológico, de outro, pois se refere à unidade entre “natureza e espírito, entre estrutura e superestrutura”, uma unidade dialética, como síntese dos contrários e dos distintos (GRAMSCI, 2007, p. 26). Da mesma forma, a noção de “Estado integral” não pode ser confundida com uma concepção unitária e homogênea dos indivíduos e grupos sociais que o compõe, que o sintetizam numa correlação de forças evidentemente heterogêneas e diversificadas. Ao discutir o conceito de Estado, numa carta de setembro de 1931,

Gramsci (apud BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 36) considera que o mesmo tem sido

[...] ordinariamente entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo para adaptar as massas populares ao tipo de produção e à economia de uma dada época), e não um equilíbrio entre sociedade política e a sociedade civil (ou hegemonia que um grupo social exerce sobre a sociedade nacional inteira, por meio de organizações pretensamente privadas, como a Igreja, os sindicatos, as escolas).

Na referida definição, o autor questiona qualquer explicação estritamente de ordem jurídico-coercitiva do Estado, ou que o identifique exclusivamente ao aparelho governamental. Esse último refere-se exclusivamente ao campo da sociedade política, compreendida como o conjunto dos aparelhos repressivos, dos quais são exemplos as instituições jurídicas, penais, militares etc., que exercem a coerção e o domínio. Para Buci-Glucksmann (1980), distinguem-se dois conceitos ou dois momentos da articulação do campo estatal na obra de Gramsci: o Estado em um sentido *estreito* (unilateral) e em sentido *amplo* (integral). O Estado no sentido estreito se identifica com o governo, com o aparelho de ditadura de classe. Possui funções coercitivas e econômicas e exerce a dominação de classe por meio do aparelho de Estado em sentido clássico (exército, polícia, administração, burocracia etc.). Entretanto, tal função coercitiva é inseparável de certo papel adaptativo-educativo do Estado, que procura realizar uma adequação entre aparelho produtivo e moralidade das massas populares. Essa definição exclui, assim, qualquer modelo mecanicista excessivamente esquemático. Na medida em que qualquer Estado desenvolve, paralelamente ao funcionamento da coerção, um funcionamento no nível da ideologia e da economia, o aprofundamento dos laços entre força e o aparelho de produção passa pelo campo complexo das superestruturas. O próprio Gramsci (2007, p. 284) afirma:

[...] o que de mais sensato se pode dizer a propósito do Estado ético e de cultura é o seguinte: todo Estado é ético na medida em que uma de suas funções mais importantes é elevar a grande massa da população a um determinado nível cultural e moral, nível (ou



tipo) que corresponde às determinadas necessidades de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, aos interesses das classes dominantes [...] para este fim tende uma multiplicidade de outras iniciativas e atividades chamadas privadas, que formam o aparelho de hegemonia política e cultural das classes dominantes.

O Estado integral corresponde ao aparelho de ditadura de classe e ao conjunto dos meios de direção intelectual e moral de uma classe sobre a sociedade. O domínio de uma classe ou grupo social por meio do Estado se manifesta de duas maneiras articuladas, como *domínio* (coerção) e como *direção intelectual e moral* (hegemonia). Portanto, o Estado é compreendido como um instrumento essencial para expansão do poder da classe dominante e, simultaneamente, como uma força repressiva, conformada na sociedade política, que mantém os grupos subordinados fracos e desorganizados (CARNOY, 1990).

O Estado orgânico também compreende indissolúvelmente o aparelho “privado” de hegemonia, a “sociedade civil”. Os sentidos de sociedade civil que Gramsci (2007) estabelece nos *Cadernos* são os de “hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade”; “conteúdo ético do Estado”; “aparelho de hegemonia do grupo dirigente”; “organização intelectual e moral”. O Estado necessita de consenso e “educa” esse consenso por meio das associações políticas e sindicais, que são organismos privados deixados à iniciativa privada da classe dirigente. Na sociedade civil, inscreve-se o conjunto dos aparatos, tais como escolas, igrejas, sindicatos, meios de comunicação etc. (inclusive organizações econômicas), que exercem o consenso sobre a sociedade e estabelecem uma direção moral e política (GRAMSCI, 2007). Por meio desses, é difundida a ideologia dominante e obtida a adesão e o consentimento das classes subalternas para o projeto de classe que é dominante no Estado. Na análise de Buci-Glucksmann (1980), o conceito gramsciano de sociedade civil é captado por uma rede que define seu funcionamento, cuja natureza apresenta dois momentos: o das condições materiais de vida, pois não pode haver sociedade civil sem a determinação das relações de produção, que constituem seu fundamento; e os aparelhos ideológico-culturais de hegemonia, o aspecto educador do Estado.

Numa abordagem que apreende de forma mais abrangente essa dimensão, Acanda (2006) compreende que o conceito de sociedade civil em Gramsci é utilizado para designar, além das relações associativas, contratuais e voluntárias, entre pessoas, o conjunto de todas as relações sociais produtoras de sentido.

Por outro lado, a relação de hegemonia que se expressa na ação estatal, em sentido “integral”, deve indicar a função que os intelectuais assumem nesse âmbito. A atividade intelectual cumpre o papel de fornecer homogeneidade e consciência – nos campos econômico, social e político – da função da classe social a que se vincula, por meio da produção e da difusão das ideologias correspondentes. Os intelectuais são concebidos como os “empregados especializados” (GRAMSCI, 2011b, p. 15) do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político: do consenso “espontâneo” fornecido pela grande massa da população à orientação fornecida pelas classes dominantes à vida social; e do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina das classes dominadas (GRAMSCI, 2011b). Da mesma forma, o partido – na condição de “ideologia geral, superior aos vários agrupamentos mais imediatos” (GRAMSCI, 2011a, p. 421) – cumpre uma função no exercício da hegemonia, na medida em que: por um lado, representa o modo pelo qual determinados grupos sociais elaboram sua categoria de intelectuais orgânicos; e, por outro, é o mecanismo que realiza, na sociedade civil, uma função correspondente àquela desempenhada pelo Estado na sociedade política, de proporcionar a “soldagem” entre os intelectuais orgânicos do grupo dominante e os intelectuais “tradicionais” (GRAMSCI, 2011b, p. 24). Assim, o partido, em Gramsci, possui como função fundamental transformar os elementos de um grupo social nascido e desenvolvido no “campo econômico” em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico da uma sociedade (civil e política) (GRAMSCI, 2011b).

A esfera da sociedade civil também compreende o espaço no qual as classes sociais confrontam seus projetos ético-políticos e disputam o predomínio hegemônico. Nela, estruturam-se as lutas políticas por projetos



diversos de sociedade. Na sociedade civil, ocorrem as tentativas de estabelecimento de uma direção geral na economia, na política e na cultura, articulando-se, conflitiva e contraditoriamente, interesses estruturalmente desiguais.<sup>6</sup> Desse modo, a sociedade civil encontra-se atravessada, do plano econômico ao ideológico, pelas lutas de classes (SEMERARO, 1997). As tentativas de construção do consenso e da consolidação de uma direção intelectual e moral promovida no Estado integral não se expressa apenas como lugar de enraizamento do sistema hegemônico de dominação, mas igualmente como o espaço a partir do qual esse sistema é desafiado. Se alguns de seus componentes conformam uma perspectiva político-pedagógica da aceitação da subordinação, outros inauguram espaços geradores de dissenso e transgressão. Finalmente, podemos evidenciar que a teoria gramsciana encontra seu alicerce teórico e sua referência ético-política na dialética de *unidade-e-distinção* da sociedade civil e da sociedade política (ACANDA, 2006; NOGUEIRA, 2003). A sociedade civil é parte orgânica do Estado, âmbito dotado de especificidade, mas apenas inteligível se integrado a uma totalidade social. A distinção entre sociedade política e sociedade civil é de ordem “metodológica” e não “orgânica”, visto que o próprio Gramsci (2007, p. 47) sinaliza: “sociedade civil e Estado se identificam na realidade dos fatos”.

### Considerações finais

Nessas indicações finais, cabe fazer uma remissão aos elementos centrais extraídos do estudo proposto. A unidade entre teoria e método identificada nas elaborações gramscianas indica que qualquer síntese analítica do seu pensamento deve manter a vinculação orgânica entre suas categorias teórico-ontológicas e as determinações metodológicas correspondentes, sempre fundadas em sua historicidade. A riqueza do legado teórico gramsciano não permite sua redução esquemática em assertivas

teóricas fragmentadas ou autonomizadas; deve ser inserida no conjunto de sua obra e remetida à unidade do seu pensamento.<sup>7</sup> Esses breves apontamentos constituem apenas algumas indicações principais que se evidenciaram no desenvolvimento do texto.

Nosso artigo buscou identificar as determinações teóricas e metodológicas que a obra gramsciana apresenta para a análise das relações de hegemonia entre as classes sociais na sociedade burguesa. Assumimos como pressuposto que Gramsci aprofunda e desenvolve os elementos heurísticos mais significativos da postura metodológica (e as articulações categoriais constitutivas) da teoria social marxiana. Evidencia um posicionamento de historicidade absoluta do trato das lutas sociais desenvolvidas no curso da reprodução desse metabolismo social antagonisticamente estruturado. Pela mesma via, apreende a qualidade das relações entre os aspectos material, político e espírito-intelectual presentes na sociabilidade do capital no contexto da totalidade sócio-histórica em questão, com suas interações complexas e processos de determinação recíproca próprios do movimento dialético. As formas ideológicas são consideradas momentos constitutivos e fundamentais das disputas hegemônicas, porquanto elaboram e difundem a consciência prática necessária para a conformação da dinâmica sócio-metabólica de acordo com os interesses das classes. É por meio da noção de Estado integral (ou orgânico) – conectada, por outra parte, à categoria de bloco histórico – que suas considerações sobre a hegemonia se evidenciam de forma abrangente e complexa, corroborando a necessidade de uma postura que trate das vinculações orgânicas e dialéticas entre sociedade civil e sociedade política, consenso e coerção, intelectuais e partido, cultura e economia, produção e reprodução social.

<sup>6</sup> Portanto se, por um lado, sociedade civil é um conceito complexo e sofisticado com o qual se pode entender a realidade contemporânea, por outro, é também um projeto político abrangente e igualmente sofisticado com o qual se pode transformá-la (NOGUEIRA, 2003; WOOD, 2003).

<sup>7</sup> Para Coutinho (2011), a unidade do pensamento de Gramsci estaria hipotecada à centralidade que as reflexões sobre a política assumem na obra deste autor: “Gramsci examina todas as esferas do ser social partindo da relação entre elas e a política. [...] Nesse sentido, parece-me justa a afirmação do pensador católico A. R. Buzzi: ‘É a política que forma o núcleo central do pensamento de Gramsci, o que fornece o sentido e a articulação de todas as suas investigações históricas e reflexões filosóficas’” (COUTINHO, 2011, p. 108).

Existe uma crítica contundente ao cientificismo na investigação das disputas hegemônicas, que leva à recusa de uma abordagem economicista. Do mesmo modo, as assertivas que assinalam a necessidade da apreensão da dinâmica socioeconômica (e do grau de desenvolvimento das forças produtivas) caminham na direção contrária à das tendências voluntaristas (ou politicistas). Tal posicionamento, em conformidade com a perspectiva da totalidade concreta, distancia-se do tipo de racionalidade dominado pela produção capitalista, que consiste na burocratização do próprio processo da pesquisa social. Nesses termos, evidencia-se uma crítica radical às pretensões de neutralidade científico-epistemológica que conduzem à racionalidade formal abstrata mistificadora da conflitualidade social e da historicidade inerentes às disputas hegemônicas no interior da sociabilidade burguesa. Esse posicionamento apresenta como inviável qualquer separação especulativa e formalista do método em relação aos aspectos complexos e contradições da vida social. Além disso, vincula a análise concreta das relações de forças à própria necessidade de transformação intransigente da ordem social estabelecida em sua totalidade.

Esperamos que essas remissões teóricas tenham explicitado como Gramsci posiciona-se teórica e metodologicamente para a análise das concretas e historicamente determinadas lutas hegemônicas que perpassam a sociedade de classes, suas relações com a ideologia e as formas de consciência social, sendo estas mediações necessárias (ativamente atuantes) para a reprodução continuada do metabolismo social. Entretanto, esse trabalho constitui apenas o ponto de partida, tanto para aqueles que visam a uma investigação mais profunda da obra de Gramsci, quanto para os que buscam empregar as categorias teóricas e os elementos analíticos fornecidos por seu legado na pesquisa de situações concretas.

## Referências

- ACANDA, J. L. **Sociedade civil e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.
- BRAGA, R. **A restauração do capital**: um estudo sobre a crise contemporânea. São Paulo: Xamã (1996).
- BUCI-GLUCKSMANN, C. **Gramsci e o Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- CARNOY, M. **Estado e teoria política**. 3.ed. São Paulo: Papyrus, 1990.
- COUTINHO, C. N. **De Rousseau a Gramsci**: ensaios de teoria política. São Paulo: Boitempo, 2011.
- \_\_\_\_\_. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: introdução ao estudo da filosofia e a filosofia de Benedetto Croce. 5.ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2011a, v.1.
- \_\_\_\_\_. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere**: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 6.ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2011b, v.2.
- \_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere**: notas sobre o Estado e a Política. Trad. Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007, v.3.
- \_\_\_\_\_. **Cuadernos de la cárcel**. Edición crítica del Instituto Gramsci a cargo de Valentino Gerratana. Puebla: Ediciones Era, 2000 (Tomo 6).
- \_\_\_\_\_. **Cuadernos de la cárcel**. Edición crítica del Instituto Gramsci a cargo de Valentino Gerratana. Puebla: Ediciones Era, 1986 (Tomo 4).
- \_\_\_\_\_. **Cuadernos de la cárcel**. Edición crítica del Instituto Gramsci a cargo de Valentino Gerratana. Puebla: Ediciones Era, 1984a (Tomo 3).
- \_\_\_\_\_. **Cuadernos de la cárcel**. Edición crítica del Instituto Gramsci a cargo de Valentino Gerratana. Puebla: Ediciones Era, 1984b (Tomo 2).

HOBBSBAWN, E. **Era dos extremos**: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1982.

MARX, K. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011,

\_\_\_\_\_. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

\_\_\_\_\_. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008a.

\_\_\_\_\_; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008b.

\_\_\_\_\_. **Ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MÉZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2009a.

\_\_\_\_\_. **Estrutura social e formas de consciência**: a determinação social do método. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009b.

\_\_\_\_\_. **Filosofia, ideologia e ciência social**. São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

NOGUEIRA, M. A. **Sociedade civil, entre o político-estatal e o universo gerencial**. RBCS v.18 n.52 jun. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n52/18072.pdf>> Acesso em: 14 set. 2013.

SEMERARO, G. **Sociedade de massas, sociedade civil e subjetividade**. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/cadernosescol/caderno11/semeraro.pdf>> Acesso em: 12 maio 2009.

WOOD, E. M. **Democracia contra capitalismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.